

Demonstrações contábeis

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante		21.537	27.565
Caixa e equivalentes de caixa	4	349	5.133
Investimentos de curto prazo	5	11.985	12.644
Títulos e valores mobiliários	6	3.651	3.717
Contas a receber de clientes	7	5.238	5.669
Impostos e contribuições sociais a compensar		-	81
Despesas pagas antecipadamente		314	321
Não circulante		243.323	250.587
Depósitos judiciais		31	45
Imobilizado	8	228.894	235.286
Intangível	9	14.398	15.256
Total do ativo		264.860	278.152
Passivo			
Circulante		25.654	28.596
Fornecedores	10	2.202	1.593
Empréstimos e financiamentos	11	12.061	11.982
Arrendamentos	16.1	70	46
Salários, férias e encargos sociais		1.207	822
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	563	8.262
Outros tributos a recolher	12	398	428
Dividendos declarados	16.1	6.855	5.277
Provisões de constituição de ativos	14	2.193	51
Outros passivos		105	135
Não circulante		14.612	29.140
Empréstimos e financiamentos	11	1.001	12.888
Arrendamentos	16.1	197	192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	4.870	5.304
Provisões de constituição de ativos	14	8.544	10.686
Provisão para contingências	15	-	70
Patrimônio líquido		224.594	220.416
Capital social	17	126.744	126.744
Reserva de lucros		97.850	93.672
Total do passivo e do patrimônio líquido		264.860	278.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
 Demonstrações do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	56.568	59.503
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(6.534)	(10.553)
Custos dos serviços prestados		(7.471)	(5.438)
Encargos de uso da rede básica		(660)	(543)
Depreciação e amortização		(8.349)	(8.447)
	19	(23.014)	(24.981)
Lucro bruto		33.554	34.522
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais		(1.644)	(1.570)
Depreciação e amortização		(75)	(57)
Pessoal		(518)	(475)
Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	(1.398)	(709)
Outras Receitas Operacionais		12	58
	19	(3.623)	(2.753)
Lucro antes do resultado financeiro		29.931	31.769
Despesas financeiras	20	(1.733)	(2.641)
Receitas financeiras	20	3.058	4.467
		1.325	1.826
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.256	33.595
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.827)	(11.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	434	346
Lucro líquido do exercício		28.863	22.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	28.863	22.218
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.863	22.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	126.744	8.315	71.873	-	206.932
Dividendos intermediários	-	-	(3.457)	-	(3.457)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.218	22.218
Reserva Legal	-	1.111	-	(1.111)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.277)	(5.277)
Transferência para reserva de lucros	-	-	15.830	(15.830)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	126.744	9.426	84.246	-	220.416
Dividendos intermediários	-	-	(17.830)	-	(17.830)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.863	28.863
Reserva Legal	-	1.443	-	(1.443)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.855)	(6.855)
Transferência para reserva de lucros	-	-	20.565	(20.565)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	126.744	10.869	86.981	-	224.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		31.256	33.595
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	8.424	8.504
Encargos de dívidas	11.b	1.677	2.601
Encargos de dívidas arrendamentos		34	21
Receita de aplicações financeiras		(3.034)	(2.257)
Baixa de ativo imobilizado		344	-
Atualização monetária clientes a receber	20	(18)	(2.340)
Descontos financeiros obtidos		-	(1)
Constituição/Reversão e provisões para contingências	15	(70)	30
		38.613	40.153
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		431	28.178
Impostos e contribuições sociais a compensar		81	(237)
Despesas pagas antecipadamente		7	1
Outros ativos circulantes e não circulantes		34	1.625
		553	29.567
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		609	(3.697)
Partes Relacionadas		(30)	38
Salários, férias a pagar		385	164
Tributos e contribuições sociais a recolher		(531)	117
Outros passivos circulantes e não circulantes		1	(1)
		434	(3.379)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(10.026)	(6.844)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		29.574	59.497
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		510	568
Resgates em investimentos de curto prazo		60.918	76.743
Aplicações em investimentos de curto prazo		(57.671)	(75.733)
Adições no imobilizado	8	(1.388)	(507)
Adições no intangível	9	(45)	(31)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		2.324	1.040
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(23.107)	(41.134)
Amortização de principal arrendamentos		(56)	(47)
Amortização de juros de arrendamentos		(34)	(21)
Amortização de principal do financiamento	11.b	(11.966)	(11.840)
Pagamento de juros do financiamento	11.b	(1.519)	(2.418)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(36.682)	(55.460)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(4.784)	5.077
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	5.133	56
Saldo no final do exercício	4	349	5.133
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(4.784)	5.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da Companhia está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conj. 151, sala L, São Paulo - SP.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Autorizativa nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Queluz pela empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Queluz de Energia S/A através da Resolução nº 715/2006, de 3 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S/A.

A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN.

A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação, tendo sido prorrogado o prazo da outorga por meio das Resoluções apresentadas abaixo:

Data da resolução	Despacho ANEEL	Descrição	Prazo de concessão
06/04/2004	Resolução Autorizativa nº 139	Prazo inicial. Autoriza a Companhia a constituir-se como produtor independente de Energia Elétrica	07/04/2034
07/07/2022	Resolução Homologatória nº 11.998/ 2.919/ 2.932	Extensão da concessão com indenização mensurada pela Aneel (vide nota explicativa 9).	13/04/2038
07/03/2023	Resolução Homologatória nº 13.908 (i)	Altera o prazo inicial da extensão da concessão a partir da data da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora.	12/08/2041
15/08/2023	Resolução Homologatória nº 3.242 (i)	Altera o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.	10/08/2048

(i) Sem efeitos contábeis a serem reconhecidos.

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; e,
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos esperada.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, VJORA ou VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões de contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base

na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

Em 2023 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro presumido, e em 2022 estava enquadrada no lucro real. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – Lucro Presumido 0,65%; Lucro Real 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Lucro Presumido 3,00%; Lucro Real 7,60%.
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e,
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido em 2023 e Lucro Real em 2022, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.8 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 21,4 MW médio equivalente a 71% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 253,49 MW/h (R\$ 262,35 em 2022), reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de 2004.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.12 Novas normas e interpretações Em vigor desde 1º de janeiro de 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2023 e 2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo	-	1	4.604
Banco conta movimento	-	347	529
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	1	-
		349	5.133

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Fundo de Investimento - STA	101,94% do CDI	102,06% do CDI	11.985	12.644

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
BNDES	100,64% do CDI	99,81% do CDI	3.651	3.717
			3.651	3.717

Aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número nº 08.2.0975.1 e nº 10.2.0478.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da PCH Queluz , o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itaú.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira FundoTopázio, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre (i)	5.041	5.530
Ajuste positivo CCEE	197	139
	5.238	5.669

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Outros (*)	31/12/2022	Adições	Baixas	Outros (*)	31/12/2023	
Em serviço									
Terrenos	0,00%	5.039	-	5.039	-	-	-	5.039	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,08%	177.614	-	177.614	-	-	-	177.614	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,52%	44.976	-	44.976	-	-	-	44.976	
Máquinas e Equipamentos	2,85%	89.508	418	89.926	1.320	(359)	-	90.887	
Veículos	2,26%	450	-	450	36	-	-	486	
Móveis e Utensílios	5,59%	60	89	149	12	-	-	161	
Direito de Uso sobre Arrendamento	11,35%	650	-	(169)	481	-	85	566	
Em curso	-	-	-	-	20	-	-	20	
Total do custo do imobilizado		318.297	507	(169)	318.635	1.388	(359)	85	319.749
Depreciação									
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(38.266)	(3.700)	-	(41.966)	(3.698)	-	-	(45.664)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(11.152)	(1.132)	-	(12.284)	(1.133)	-	-	(13.417)
Máquinas e Equipamentos		(25.760)	(2.603)	-	(28.363)	(2.616)	25	-	(30.954)
Veículos		(421)	(19)	-	(440)	(11)	-	-	(451)
Móveis e Utensílios		(28)	(6)	-	(34)	(9)	-	-	(43)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(212)	(50)	-	(262)	(64)	-	-	(326)
Total da depreciação		(75.839)	(7.510)	-	(83.349)	(7.531)	25	-	(90.855)
Total do imobilizado líquido		242.458	(7.003)	(169)	235.286	(6.143)	(334)	85	228.894

(*) Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

9 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Em serviço							
Software	2,06%	85	-	85	-	-	85
Outros intangíveis	2,06%	128	21	149	9	-	158
Extensão da Concessão (i)	5,34%	16.616	-	16.616	-	-	16.616
Total do custo do intangível		16.829	21	16.850	9	-	16.859
Amortização							
Software		(85)	(1)	(86)	(5)	-	(91)
Outros intangíveis		(128)	-	(128)	-	-	(128)
Extensão da Concessão		(413)	(993)	(1.406)	(888)	-	(2.294)
Total da amortização		(626)	(994)	(1.620)	(893)	-	(2.513)
Intangível em curso							
Software		16	10	26	36	(10)	52
Total do ativo intangível em curso		16	10	26	36	(10)	52
Total do intangível líquido		16.219	(963)	15.256	(848)	(10)	14.398

(i) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do Prazo de Outorga (dias)	Valor
1.467	16.616

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até abril de 2038.

10 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	1.048	192
Retenção contratual	321	216
Compra de energia	833	1.185
Total	2.202	1.593

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

11 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento da dívida	31/12/2023			31/12/2022		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	15/01/2025	9.857	36	9.893	9.760	69	9.829
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	15/01/2025	2.159	9	2.168	2.137	16	2.153
Total			12.016	45	12.061	11.897	85	11.982
Moeda nacional - não circulante								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	15/01/2025	822	-	822	10.573	-	10.573
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	15/01/2025	179	-	179	2.315	-	2.315
Total			1.001	-	1.001	12.888	-	12.888
Total geral			13.017	45	13.062	24.785	85	24.870

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado era de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010.

Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de fevereiro de 2011, que ocorrerá em parcelas mensais, sendo o prazo de financiamento é de 168 meses e a última parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2025. A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes a receita da Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2023
Moeda nacional					
BNDES nº 08.2.0976.1	20.401	1.367	(9.816)	(1.238)	10.714
BNDES nº 10.2.0477.1	4.469	310	(2.150)	(281)	2.348
Total	24.870	1.677	(11.966)	(1.519)	13.062

	31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES nº 08.2.0976.1	29.964	2.122	(9.713)	(1.972)	20.401
BNDES nº 10.2.0477.1	6.563	479	(2.127)	(446)	4.469
Total	36.527	2.601	(11.840)	(2.418)	24.870

- c. As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2025	Dívida Total
1.001	1.001

12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	263	6.249
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	300	2.013
Total - Imposto de renda e contribuição Social a recolher	563	8.262
Programa de Integração Social - PIS	66	76
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	305	350
Outros	27	2
Total - Outros tributos a recolher	398	428

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Imposto de Renda diferido - Extensão da Concessão	3.900	(319)	3.581
Contribuição Social diferida - Extensão da Concessão	1.404	(115)	1.289
	5.304	(434)	4.870

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 - Intangível, cujo os valores são amortizados mensalmente. A realização desde saldo foi diluída ao longo dos períodos apresentados abaixo de acordo com o novo prazo de concessão.

A estimativa das parcelas de liquidação do passivo diferido é conforme o mapa abaixo:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Estimativa de Liquidação IRPJ diferido - Extensão	144	144	144	144	3.005	3.581
Estimativa de Liquidação CSLL diferida - Extensão	52	52	52	52	1.081	1.289
	196	196	196	196	4.086	4.870

14 Provisões de constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 10.737 (mesmo saldo em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2022	Transferência	31/12/2023
<u>Passivo circulante</u>			
Meio ambiente	51	2.142	2.193
<u>Não Circulante</u>			
Meio ambiente	4.037	(2.142)	1.895
Maquinas e Equipamentos	6.649	-	6.649
	10.686	(2.142)	8.544
Total	10.737	-	10.737

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Trabalhistas: nenhum processos de natureza trabalhista (dois processos em 31 de dezembro de 2022 de valor de risco aproximado em R\$ 70).

	31/12/2021	Atualizações	Reversões	31/12/2022	Atualizações	Reversões	31/12/2023
Trabalhista	40	39	(9)	70	(27)	(43)	-

(ii) Demandas Cíveis: nenhum processo judicial de natureza cível (um processo em 31 de dezembro de 2023 cujo valor em risco não pôde ser estimado).

(iii) Demandas Arbitrais: um processo de natureza arbitral de valor em risco estimado de R\$ 15.935 (um em 31 de dezembro de 2022 com valor em risco de R\$ 14.387).

Processo Arbitral: a Companhia celebrou contrato de fornecimento de energia, por meio do qual esta deveria fornecer, certa quantidade de energia por mês. Tal contrato foi cedido parcialmente a terceiro, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Companhia ingressou com ação de execução contra a empresa cedente e a cessionária, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais.

Tendo vista que o Contrato de Fornecimento de Energia possuía cláusula arbitral, a cedente, para poder apresentar seus embargos de devedor, instaurou um procedimento arbitral, requerendo o reequilíbrio do contrato ou a sua resolução para todos os fins. Neste sentido, embora a Queluz figure no polo passivo desta arbitragem, é ela credora do Contrato de fornecimento de energia.

(iv) Demandas Tributárias, Ambientais e Regulatórias: não existem demandas judiciais ou administrativas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas e os montantes reconhecidos no resultado são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	47	30
Dividendos declarados aos acionistas	6.855	5.277
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A	70	46
	6.972	5.353
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A	197	192

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	18	-	1.400
Custo - partes relacionadas			
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	19	(541)	(360)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia Queluz Paulista de Energia S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

16.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
Alupar	01/02/2008	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	11/03/2009	15/01/2025	114.647	10.714
Alupar	21/07/2010	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	03/08/2010	15/01/2025	27.716	2.348

16.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração de valor equivalente a até 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo (a)	(1.361)	(672)
Remuneração do conselho	(37)	(37)
Total	(1.398)	(709)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$ 126.744, dividido em 96.782.146 (noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e seis) ações ordinárias, conforme segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2023 e 31/12/2022	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	66.615.409	68,83
Enixe Energias e Participações Ltda	28.658.400	29,61
Acionista pessoa física	1.508.337	1,56
Total das ações	96.782.146	100,00

17.2 Reservas de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 10.869 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 9.426 em 31 de dezembro de 2022.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 86.981 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 82.426 em 31 de dezembro de 2022.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.
- Em 28 de junho de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante referente a exercícios anteriores total de R\$17.830, pago em dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	28.863	22.218
Reserva legal	(1.443)	(1.111)
Subtotal	27.420	21.107
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.855)	(5.277)
Reservas de lucros	(20.565)	(15.830)
Saldo de lucros acumulados	-	-

18 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente livre		58.088	63.757
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	16.1	-	1.400
Ajuste positivo CCEE		746	595
	21	58.834	65.752
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(383)	(1.096)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(1.769)	(5.050)
TFSE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(114)	(103)
		(2.266)	(6.249)
Receita operacional líquida		56.568	59.503

19 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(660)	-	(543)	-
	(660)	-	(543)	-
Gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(6.534)	-	(10.553)	-
Doações, contribuições e subvenções	(341)	(2)	-	(104)
Seguros	(678)	(3)	(609)	(21)
Aluguéis	(138)	(27)	(162)	(30)
Pessoal	(3.132)	(518)	(2.775)	(475)
Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	(1.398)	-	(709)
Material	(540)	(23)	(415)	(39)
Serviços de Terceiros	(2.000)	(1.576)	(668)	(1.356)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	16.1	-	(360)	-
Provisão para contingências	70	-	(30)	-
Outros impostos	(21)	(13)	(342)	(20)
Outros	(150)	-	(77)	-
Outras Receitas Operacionais	-	12	-	58
	(14.005)	(3.548)	(15.991)	(2.696)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(8.349)	(75)	(8.447)
	(8.349)	(75)	(8.447)	(57)
Total	(23.014)	(3.623)	(24.981)	(2.753)

20 Resultado financeiro

Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras (*)	3.040	2.046
Atualização monetária - Clientes a receber	18	2.340
Outros	-	81
Total	21	3.058
		4.467
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	11.b	(1.677)
Outros		(40)
Total		(1.733)
		(2.641)
Total Líquido		1.325
		1.826

(*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquido dos impostos.

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Nota	Lucro Presumido	
		31/12/2023	
		Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Presumido			
Faturamento e Liquidação CCEE	18	58.834	58.834
		8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%		4.707	7.060
Receita financeira	20	3.058	3.058
Base de cálculo IR e CS		7.765	10.118
Alíquota		15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ		10%	-
		1.917	910
Reversão do efeito da alíquota Lucro Real		-	-
Total dos tributos correntes		1.917	910
Tributos diferidos	13	(319)	(115)
Total dos tributos		1.598	795
LAIR		31.256	31.256
Alíquota efetiva		7,66%	
Lucro Real			
		31/12/2022	
		Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.595	33.595
(-/+ Adições e/ou exclusões		1.411	1.258
Base de cálculo IRPJ e CSLL		35.006	34.853
IRPJ (15%) e CSLL (9%)		5.251	3.137
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%		3.477	-
Incentivos Fiscais		(142)	-
Total dos tributos correntes		8.586	3.137
Tributos Diferidos Extensão da Concessão		(254)	(92)
Tributos diferidos		(254)	(92)
Total dos tributos		8.332	3.045
Alíquota efetiva		33,87%	

* Em 2023 a Companhia optou por mudar o regime de tributação de Lucro Real para Lucro Presumido.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	1	1	4.604	4.604	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	348	348	529	529	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	11.985	11.985	12.644	12.644	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Titulos e valores mobiliários	3.651	3.651	3.717	3.717	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	5.238	5.238	5.669	5.669	-	Custo amortizado
	21.223	21.223	27.163	27.163		
Passivo						
Fornecedores	2.202	2.202	1.593	1.593	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	13.062	13.062	24.870	24.870	-	Custo amortizado
	15.264	15.264	26.463	26.463		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%	
Investimentos de curto prazo	CDI	11.985	518	775	1.034	1.293	1.552
Títulos e valores mobiliários	CDI	3.651	158	236	315	394	473

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP +	10.679	562	739	917	1.094	1.273
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP +	2.338	130	169	208	247	286

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos:

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de o valor de R\$ 866 e R\$ 734 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.127.020	351	18/06/2024
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	310	18/06/2024
Seguro de veiculos	100% Tabela Fipe	9	19/06/2024
Total	1.827.020	670	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contador
João Paulo Mendes do Nascimento
CRC 1SP218586/O-1